



RIO GRANDE DO NORTE

Sindsegur e Bancários RN união de muitas lutas e conquistas



Na última quarta-feira, 19 de outubro, diretores do Sindicato dos Bancários/RN visitaram pela primeira vez a área de lazer do Sindsegur.

Os companheiros parabenizaram o Sindsegur e a categoria pelo patrimônio, que foi mais um grande passo na história da nossa entidade encaminhado pela atual diretoria do nosso sindicato com responsabilidade e transparência.

A conquista da área de lazer foi uma grandiosa vitória que o SINDSEGUR comemora junto com todos e todas que estão sempre na luta com o nosso sindicato, especialmente os sindicalizados, além dos sindicatos parceiros com os Bancários/RN.

Vale ressaltar que desde fundação da nossa entidade os Bancários/RN sempre estiveram na luta junto com os vigilantes. Por isso, saudações

a essa entidade parceira tão importante que é o Sindicato dos Bancários para a classe trabalhadora.

A concepção de sindicato classista com foco nas lutas políticas dos seus filiados permanece. Mas também é importante a incorporação de outras demandas, como a luta pela qualidade de vida dos trabalhadores.

Nossa luta é árdua, mas não podemos esmorecer até que alcancemos nossos objetivos. Vamos continuar, fortes e unidos, em busca do País que os trabalhadores almejam e merecem.

FONTE: sindsegur

Diretores do Sindicato dos vigilantes de Niterói e regiões



A Diretores do Sindicato dos vigilantes de Niterói e regiões, saindo na parte da manhã para visitar empresas e postos de serviços para apurar denúncias de irregularidades.

O sindicato svnit sempre presente ao lado do trabalhador.

Claudio Vigilante.

Presidente do Sindicato dos vigilantes de Niterói e regiões.

Matéria corporativa do BB usa foto de fazendeiros fazendo “arminha”

Após crítica de bancários sobre uso político da intranet, imagem foi alterada



O sistema de comunicação interna do Banco do Brasil, também conhecido como intranet Corporativa, publicou, na terça-feira (18), um texto intitulado “Empatia e proximidade” usando uma foto de produtores rurais fazendo

o sinal de arma com as mãos para ilustrar o texto da entrevista com uma gerente de uma das unidades Estilo Agro. O gesto se tornou marca do presidente Jair Bolsonaro.

Em menos de duas horas e após comentários de bancários denunciando a possível apologia à violência e propaganda política, a imagem da matéria foi alterada.

“Lamentável! Entre tantas imagens de produtor rural, do campo, dos meios de produção, escolheu-se uma imagem que instiga violência (simulando uso de armas)”, escreveu um funcionário. “Esse tipo de coisa é totalmente contra a vida e o objetivo do Banco de valorizar a vida e as pessoas. Fazer arminha é privilegiar uma cultura de morte e violência”, destacou outro bancário.



Matéria publicada para os funcionários do BB, faltando 13 dias para 2º turno da eleição presidencial no país

Marca política

Em artigo onde analisou os procedimentos midiáticos de Jair Bolsonaro, a mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Gabriela Dávila, escreveu sobre o uso das mãos para simbolizar armas: “Tal gesto virou uma singularidade durante a campanha de Bolsonaro, sendo sua marca registrada até como presidente eleito, tendo em vista sua promessa de campanha da liberação do uso de armas para todos os cidadãos”.

O diretor de arte da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (ContraF-CUT), Alexandre Rolim, explicou que não se deve desprezar o impacto dos símbolos:

“Nosso cérebro, naturalmente, faz o arquivamento dos elementos que recebe de todos os sentidos do corpo. Os sonhos, por exemplo, são maneiras de lidar com a quantidade de informações que vamos arquivando ao longo do dia. Então, o que tem de grave na popularização do gesto de arma com as mãos? Primeiro, o fato de a arma, em si, ser um objeto que remete muito mais à violência do que à própria segurança. O segundo agravante é o fato de o próprio chefe de Estado ter como símbolo a arma. Isso pode contribuir para a naturalização mental do uso da violência e da coação como saída para resolução de problemas”, completou.

Alexandre, que também é doutorando em Comunicação e Semiótica (ciência que estuda

como o indivíduo atribui significado a tudo o que está ao seu redor), pela Escola de Comunicação da USP, observa que a propagação do sinal da arma pode também prejudicar a imagem que os trabalhadores constroem em relação ao Banco do Brasil, em termos de valores e missão. “O que a empresa quer dizer com isso? Ela apoia a violência? Ela apoia a violência no campo? Que mensagem subliminar pode acabar sendo induzida entre seus funcionários?”, questionou.

Promoção de assédio eleitoral

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, a escolha da imagem que remete ao bolsonarismo é preocupante, sobretudo após recente denúncia de trabalhadores que foram solicitados, pelos superiores, a usar camisas de cor amarela durante as atividades do MPE Week e coagidos a postar fotos com a vestimenta em seus próprios perfis nas redes sociais, algo inédito desde que o evento voltado às micro e pequenas empresas foi criado, em 2018.

“Estamos vendo agora, nos noticiários, o registro do Ministério Público do Trabalho sobre o aumento de 58% das denúncias de assédio eleitoral. Ou seja, de empregadores exigindo dos funcionários o voto em determinado candidato, sob ameaça de demissão”, destacou. “Então, nossa avaliação é que essas atitudes da direção e da comunicação do banco acabem resvalando para a promoção do assédio”, concluiu.

FONTE: CONTRAF

Lula aponta Espanha como exemplo para mudar reforma trabalhista de Temer

Em coletiva, em Porto Alegre, Lula voltou a falar da reforma Trabalhista do ilegítimo Temer (MDB) que destruiu empregos e direitos e precarizou as relações de trabalho, empobrecendo a classe trabalhadora



Em coletiva de imprensa, realizada nesta quarta-feira (19), no Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre, o ex-presidente Lula (PT) voltou a falar da reforma trabalhista, feita no governo do ilegítimo Michel Temer (MDB) e que destruiu empregos e direitos e precarizou as relações de trabalho, empobrecendo a classe trabalhadora. A entrevista ocorreu antes da caminhada com apoiadores nas ruas do centro da capital gaúcha, que reuniu cerca de 50 mil pessoas, segundo os organizadores.

Ao lado do candidato a vice e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSB), Lula destacou a Espanha como exemplo no mundo do trabalho, uma vez que passou por um processo semelhante, mas aprovou uma nova regulamentação após negociação entre centrais sindicais e empresários.

Ele disse que já discutiu previamente o tema com o PT e outros partidos que integram a sua campanha, o que levou à conclusão de que a ideia não é reverter a reforma trabalhista do governo Temer, e sim adequar a legislação às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho. O exemplo que citou foi a reforma trabalhista na Espanha, que entrou em vigor neste ano.

“O que nós estamos propondo é estabelecer uma regra como foi estabelecido na Espanha recentemente. Na Espanha, os empresários e os trabalhadores se juntaram para tentar estabelecer uma regra de um novo relacionamento entre capital e trabalho. Essa regra foi estabelecida de comum acordo e houve uma mudança”, afirmou.

Garantir direitos e proteger trabalhadores e trabalhadoras

O ex-presidente ressaltou também que uma de suas preocupações diz respeito aos trabalhadores de aplicativos. “São pessoas que praticamente não têm direitos, são pessoas que não conhecem o seu patrão, pessoas que não têm descanso semanal remunerado. É preciso que a gente faça uma regulamentação”, defendeu.

“Se tiver gente que não quer trabalhar de carteira assinada, que quer trabalhar por conta própria, nós vamos colocar os bancos públicos para financiar pequenos e médios empreendedores”, apontou.

Além disso, “vamos tentar incentivar muito a questão das cooperativas, tudo que as pessoas quiserem criar de cooperativa, nós vamos tentar encontrar um jeito de financiar, porque, nesse novo mundo digital, a gente precisa fortalecer a criatividade do homem e da mulher brasileira para que a gente possa ter novos mercados de trabalho”, disse.

Paridade salarial entre homens e mulheres

Ele também destacou que uma das brigas de seu eventual mandato é regular a questão da paridade salarial entre homens e mulheres – uma das propostas defendidas pela senadora Simone Tebet (MDB), terceira colocada no primeiro turno e que apoia Lula no segundo turno. “Está na Constituição, já passou no Congresso Nacional, está parada na Câmara e nós vamos tentar regulamentar isso”, frisou.

Lula ainda disse que irá enfrentar o trabalho eventual e os “bicos” como forma de sobrevivência. “Aquele cidadão que não conseguiu normalizar a sua vida com a carteira verde amarela, nós vamos tentar criar uma carteira razoável para ele poder normalizar a sua vida. Todo mundo que trabalhar precisa ter tranquilidade”, salientou.

“A pessoa tem que sair para trabalhar e saber que, se um dia acontecer algum problema na sua vida, ela tem um sistema de seguridade para lhe dar proteção, a ela, a sua esposa e a

sua família. É isso que a gente quer conversar com os empresários, porque não é normal a gente abandonar o trabalhador à própria sorte. E o trabalhador, se ele estiver sozinho tentando negociar com o empregador, sempre terá um acordo leonino, porque o trabalhador dificilmente terá chance de competir com o poder econômico do empregador”, disse Lula.

Ainda no campo do trabalho, ele afirmou que tem preocupação com a formação de mais pessoas para trabalharem nas indústrias de dados e digital. “A gente vai ter que colocar mais gente nas universidades, vai ter que ter mais cursos de Engenharia, para que a gente possa, quem sabe, não muito longe, deixar de ser só exportador de soja, só exportador de minério de ferro, ou seja, de commodities, e a gente começar a exportar um pouco de conhecimento, um pouco de inteligência, fortalecendo a nossa indústria, exportando mais valor agregado. É isso que temos que fazer em quatro anos”.

Foto: Carolina Lima / CUT-RS

Foto de abertura: Joana Berwanger/Sul21

Fonte: CUT-RS com Luis Gomes – Sul21



Bolsonaro quer congelar salário mínimo e aposentadorias se for reeleito, diz Guedes

Ministro da Economia, que é contra pobre comer picanha e tomar cerveja, diz que, caso Bolsonaro seja reeleito, governo vai mudar índice de inflação que corrige os salários, para congelar valor



Nem picanha, nem cerveja, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer que os brasileiros mais pobres vivam para sempre. Esse é o plano do governo de Jair Bolsonaro (PL), caso ele seja reeleito presidente da República, no próximo dia 30.

O trabalhador, a trabalhadora e os aposentados e pensionistas que ganham um salário mínimo por mês e já estão sofrendo o aperto provocado pela decisão do governo Bolsonaro de acabar com a Política de Valorização do Salário Mínimo criada pelos governos do PT, receberam outra péssima notícia nesta quinta-feira (20).

O governo Bolsonaro prepara mais um ataque: o congelamento do valor do salário mínimo a partir do ano que vem. Foi isso o que disse Paulo Guedes, que já zombou várias vezes

do sonho dos pobres de voltar a tomar cerveja e fazer um churrasquinho nos fins de semana, como faziam quando Lula (PT) era presidente do Brasil.

Segundo Guedes, o governo vai apresentar logo após o resultado do segundo turno das eleições, no próximo dia 30, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para que os salários, aposentadorias e benefícios, como, por exemplo, o seguro desemprego, sejam congelados, ou seja, não tenham sequer a reposição da inflação, o que derrubará ainda mais o poder de compra de milhões de brasileiros e brasileiras que, hoje, já têm dificuldades até para comprar comida. A revelação é do jornal Folha de São Paulo, que teve acesso ao texto da proposta de Guedes.

Numa época em que o grupo alimentação e bebidas acumula inflação de 9,54% no ano, de janeiro a setembro - na maior alta para os nove primeiros meses do ano, desde 1994 - os reajustes dos salários praticamente congelados podem levar à mais fome. Hoje metade da população brasileira, 125 milhões de pessoas não comem as três refeições diárias necessárias para manter uma boa saúde. Outros 33,1 milhões passam literalmente fome.

A estratégia do governo federal para congelar os salários

Para praticamente zerar os reajustes, o governo Bolsonaro quer mudar o índice que calcula a inflação. A ideia de Guedes é passar a usar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado para famílias que ganham até 40 salários mínimos, que costuma ser menor do que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), este último usado para calcular os reajustes do salário mínimo, aposentadorias, pensões e benefícios, que sempre é maior.

Para se ter uma ideia da dimensão da mudança, o INPC de 2021 teve alta de 10,16%, percentual usado na atualização do salário mínimo para R\$ 1.212. Caso apenas a meta de inflação de 2022 fosse aplicada, a elevação seria de 3,5%. Se a opção fosse pela expectativa do início do ano para o IPCA em 2022, o reajuste seria de 5,03%, exemplificou o jornal.

Caso isso aconteça os prejuízos para os trabalhadores e beneficiários da Previdência Social serão enormes, diz Clemente Ganz Lúcio, assessor das Centrais Sindicais e ex-diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

70% dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos e, se congelar o valor ou reajustar abaixo da inflação, vai haver menor crescimento, deprime 2/3 da base econômica do país, trazendo apenas mais pobreza e desigualdade. Esse arrocho é uma tragédia.- Clemente Ganz Lúcio

“O que Guedes quer é o arrocho do aposentadoria e salários para manter o teto de gastos públicos, reduzindo os gastos do governo, que não teve capacidade de fazer uma reforma tributária para que os ricos paguem

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

mais impostos, e que já cortou tudo o que podia, especialmente, das áreas da saúde e educação, com um brutal desinvestimento”, complementa.

O Teto de Gastos Públicos foi criado por uma PEC em 2016 pelo governo golpista de Michel Temer, que congelou os investimentos por 20 anos. Isto quer dizer que o governo não pode investir nenhum centavo acima da inflação.

“O que em tese, seria benéfico para manter o equilíbrio das contas públicas, num país como o Brasil com alta taxa de juros, só beneficia os rentistas, é um custo perverso e brutal de transferência de renda dos assalariados para os rentistas”, afirma.

Com Lula, é picanha e cerveja

Ao contrário de Bolsonaro, que pelo quarto ano consecutivo não dá reajuste do mínimo acima da inflação, o governo Lula criou a Política de Valorização do Salário Mínimo, que aumentou a renda de trabalhadores e aposentados em acima de 75%. O sucesso dessa política, colocou mais dinheiro na economia e ainda ajudou na criação de 20 milhões de novos empregos com carteira assinada.

Candidato que está na liderança das pesquisas de intenções de voto para este segundo turno, o ex-presidente Lula sempre defendeu que os trabalhadores e trabalhadoras devem ter reajustes decentes para que possam voltar a comer seu churrasco e beber a sua cervejinha; e não apenas isso, com a volta do poder de compra a fome pode ser combatida.

Já em março do ano passado, logo após ter sido inocentado pelo Supremo Tribunal Federal, das acusações feitas na Operação Lava Jato, comandada ilegalmente pelo ex-juiz Sérgio Moro, aliado de Bolsonaro, Lula deu entrevista e já falava que sua felicidade era ver o povo comendo picanha e tomando cerveja. Essa declaração continua sendo tem sido feita em diversos comícios e entrevistas de Lula que costuma dizer: “se preparem porque vamos voltar a fazer nosso churrasquinho no nosso final de semana com uma cervejinha gelada”.

FONTE: Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF